



EBC - Empresa Brasil de Comunicação  
SCRN 502, Bloco B, nº 80  
70720-502 Brasília DF  
Caixa Postal 08840  
Fone: (61) 3799-5200

**ATA DA 22ª REUNIÃO DO CONSELHO CURADOR DA EMPRESA BRASIL DE COMUNICAÇÃO S.A – EBC, REALIZADA AOS QUINZE DIAS DO MÊS DE SETEMBRO DE DOIS MIL E DEZ NA SEDE DA EBC, EM BRASÍLIA-DF, NA FORMA ABAIXO**

CNPJ Nº 09.168704/0001-42

NIRE Nº 53.5.0000348-7

Aos quinze dias do mês de setembro do ano de dois mil e dez, às nove horas, na sede da EBC, em Brasília-DF, reuniu-se o Conselho Curador da EBC, convocado na forma do artigo 28 do Decreto nº 6.689, de 11 de dezembro de 2008, publicado no DOU de 12 de dezembro de 2008, com a presença dos seguintes membros: **Ima Célia Guimarães Vieira** (presidente), **João Luiz Silva Ferreira** (ministro de Estado da Cultura), **Franklin de Souza Martins** (ministro de Estado Chefe da Secretaria de Comunicação Social da Presidência da República), **Carlos Eduardo Bielschowsky** (secretário de Educação a Distância), representando o Sr. **Fernando Haddad**, ministro de Estado da Educação, **Nelson Simões** (diretor da RNP), representando o Sr. **Sergio Rezende**, ministro de Estado da Ciência e Tecnologia, **Ana Luiza Fleck Saibro** (vice-presidente), **Paulo Ramos Derengoski**, **Lourival Antonio Macedo**, **Maria da Penha Fernandes**, **Manoel Roberto Seabra Pereira**, **João Jorge Santos Rodrigues**, **Heloisa Maria Murgel Starling**, **Mário Augusto Jakobskind**, **Takashi Tome**, **Ana Maria da Conceição Veloso**, **Paulo Sérgio Pinheiro**, **Murilo César Ramos**, **Daniel Aarão Reis Filho**, **José Paulo Cavalcanti Filho**, **Maria Tereza Cruvinel**, na qualidade de diretora presidente, além dos diretores **José Roberto Garcez**, diretor de Serviços, **Gerson Barrey**, diretor de Tecnologia da Informação, **Marco Antonio Fioravante**, diretor Jurídico, e **Laurindo Leal Filho**, ouvidor Geral. O ministro de Estado da Educação **Fernando Haddad**, o ministro de Estado da Ciência e Tecnologia, **Sergio Rezende**, e os conselheiros **Cláudio Salvador Lembo**, **José Antônio Fernandes Martins**, **José Paulo Cavalcante Filho** e **Lúcia Willadino Braga** justificaram suas ausências. A reunião foi convocada para atender a seguinte pauta: Operador de Rede Digital. A presidente **Ima Célia Guimarães Vieira** abriu a reunião, referindo-se ao documento elaborado pelo conselheiro **Takashi Tome** acerca de análise do projeto de Operador de Rede Digital. A presidente anunciou a presença dos senhores **José Roberto Garcez**, Diretor de Serviços da EBC, e sua equipe, que discorrerá sobre a programação do Operador de Rede Digital; **André Barbosa**, assessor especial da Casa Civil, convidado da diretora presidente, também fará uma apresentação; e representando o Ministro da Ciência e Tecnologia, **Sérgio Machado Rezende**, **Nelson Simões**, diretor da RNP. A diretora presidente **Maria Tereza Cruvinel** iniciou o tema afirmando a relevância do documento produzido pelo conselheiro **Takashi Tome**; abordou a importância do operador de rede e que se trata de uma prática tecnológica recente, mas já consolidada em alguns países; que a idéia do projeto surgiu antes da criação da EBC, quando o governo brasileiro concebia o sistema brasileiro de TV Digital; que as áreas envolvidas e o projeto da TV Digital brasileira já olhavam para a Europa e para outros países onde se praticava o operador de rede como sistema de distribuição de sinal digital diferente da produção e distribuição de programação; que a TV Globo já montou suas torres em quase todas as capitais e em algumas cidades de médio porte e que outras televisões privadas estão indo no mesmo compasso; que o projeto não foi concebido exclusivamente para a EBC, mas para o campo público, daí a parceria público-privada; que se trata de um projeto caríssimo e de suma importância, envolvendo uma série de decisões em nível de Estado e não somente no âmbito da EBC; que a titular do projeto passou a ser a Secom. **Marco Antonio Fioravante**, diretor Jurídico, acrescentou que a possibilidade de a EBC ser a titular, contratante ou licitante, foi muito debatido no governo; que seria mais correto, do ponto de vista jurídico e de mercado, e para o bem da própria licitação, que a Secom assumisse a titularidade dos contratos em função da necessidade de utilização do fundo garantidor do Tesouro Nacional, que só pode ser dado à administração federal direta, o que não é o caso da EBC. **José Roberto Garcez**, diretor de Serviços, elogiou o documento do conselheiro **Takashi Tome**, afirmando que o mesmo ajuda a esclarecer a natureza do projeto. O diretor fez ampla abordagem ao Conselho, iniciando com o crescimento do número de residências com TV entre os anos de 2002 e 2009; que o projeto está sendo

concebido para ser flexível, podendo ser ampliado e atualizado com novas tecnologias após a sua implantação, aceitando mudanças, alterações e novos parceiros; que o modelo desenhado para o projeto prevê um recurso de financiamento do BNDES num total de 70% desses investimentos. **Delorgel Kaiser**, gerente executivo do projeto, acrescentou que a formação da rede de frequência única fica mais flexível e mais fácil de ser sincronizada por meio de transmissores de baixa potência. **André Barbosa**, assessor especial da Casa Civil, abordou que o Decreto nº 4.801, de 2003, previa as possibilidades de uso da televisão digital para a inclusão digital e a inovação; e que o Programa Nacional de Banda Larga pretende massificar o uso da banda larga até 2014. O conselheiro **Takashi Tome** elegeu para a discussão questões que considera mais pertinentes em relação ao projeto da maneira como está concebido; que independentemente de estar na EBC ou na Secom, o mesmo não atende a totalidade das emissoras públicas brasileiras, principalmente as emissoras de âmbito estadual e municipal. A conselheira **Ana Maria da Conceição Veloso** reforçou a preocupação em relação às demais emissoras públicas e informou que já foi procurada por representações de emissoras públicas estaduais para que o Conselho possa discutir junto à diretoria da EBC as possibilidades de integração dessas emissoras ao operador. O conselheiro **Daniel Aarão Reis Filho** levantou a necessidade de o Conselho ter um dia dedicado a um seminário sobre questões técnicas e tecnológicas; abordou a questão da necessidade de terceirizar ou não a companhia que vai tratar o operador digital; que não está convencido de que o operador digital deva ser um ente privado, e perguntou aos especialistas se não há empresas nacionais capazes de ser titulares do projeto. O conselheiro **Lourival Antonio Macedo** lembrou que a Caixa Econômica Federal, ao passar para empresa norte-americana o controle de seu Sistema de TI, teve sérios problemas, e que isso é algo delicado e problemático. **Nelson Simões**, diretor da RNP, esclareceu acerca da indagação do conselheiro Daniel Aarão no que diz respeito à tecnologia, afirmando que existem, em âmbito nacional, conhecimento e indústrias suficientemente capazes e competentes para um projeto dessa natureza. **Laurindo Leal Filho**, ouvidor Geral, afirmou que a discussão acerca do operador de rede digital no Brasil é um grande avanço e elogiou o trabalho feito pelo conselheiro Takashi Tome. Enfatizou que as grandes redes já têm seus canais segmentados, afirmando acreditar ser necessário que o operador permita que a TV Brasil coloque futuramente no ar outras programações, como um canal de notícias. O conselheiro **Manuel Roberto Seabra Pereira** expôs sua preocupação em relação às PPPs e acerca da situação das tevês legislativas do ponto de vista estadual e municipal, pois considera fundamental incluí-las no operador. O ministro **João Luiz Silva Ferreira** acrescentou que a questão é complexa e estratégica, concordando com a idéia de um seminário profundo sobre o assunto em pauta. A diretora presidente **Maria Tereza Cruvinel** discorreu sobre o que acredita ser a competência do Conselho em relação ao tema, afirmando que a Lei da EBC dá todo o poder ao Conselho sobre programação e conteúdo, mas não sobre questões administrativas. O conselheiro **Murilo César Ramos** externou que o operador é uma iniciativa que precisa ser discutida, no âmbito do Conselho Curador, sob a perspectiva do conteúdo, pois essa é uma discussão que precede e que está dentro das atribuições do conselho. Caso contrário, pode ocorrer o que aconteceu com o debate sobre a TV digital: discutiu-se primeiro a tecnologia, e não se construiu, por meio do debate público, um modelo para a prestação do serviço. Sugeriu que o seminário proposto se inicie por essa discussão (do conteúdo), uma vez que, acredita, a definição do modelo de negócios do projeto é atribuição de diferentes órgãos de Estado. **Carlos Eduardo Bielschowsky**, representante do Ministério da Educação, fez considerações acerca da participação do MEC no projeto e destacou o porquê do interesse e do apoio do Ministério da Educação, manifestando acreditar que os debates no conselho curador devem ocorrer em paralelo ao andamento do projeto, para que o mesmo não seja prejudicado. O conselheiro **Paulo Sérgio Pinheiro**, expressou a sua dificuldade de entendimento do projeto e as suas dúvidas em relação às prioridades do conselho, uma vez que já são muitas as questões ligadas diretamente ao conteúdo que precisam ser analisadas. **Takashi Tome** afirmou compreender as dificuldades dos conselheiros que não são da área tecnológica entender o projeto, mas acredita que tanto os aspectos técnicos quanto os aspectos jurídicos acabam tendo implicações importantes sobre o conteúdo e sua distribuição. Defendeu que o Conselho deveria dividir o debate: "no que não é atribuição do Conselho, faríamos recomendações aos responsáveis pela gestão do operador de rede, que vão considerá-las ou não. Mas existem outros pontos, que embora sejam de cunho tecnológico, têm forte impacto no conteúdo." O ministro **Franklin de Souza Martins** fez um breve retrospecto da TV pública no Brasil, e defendeu a importância do projeto para o futuro desse segmento. Apontou que os ajustes são bem-vindos e que o projeto já teve um período grande de amadurecimento.

Em relação às atribuições do Conselho Curador sobre o projeto, afirmou ser favorável à discussão do tema pelo órgão, que pode apontar sugestões e recomendações, mas considera que a definição do modelo de negócios do operador é atribuição mais ampla de outros órgãos de Estado. **José Roberto Garcez**, diretor de Serviços, explicou que todas as emissoras públicas existentes hoje devem ter condições técnicas de oferecer um bom sinal à maioria da população e em igualdade de condições com as emissoras privadas. Em relação à opção pela PPP, explicou que é "muito mais fácil uma estrutura estatal dispor de recursos para o custeio do que de recursos para investimento. Sem contar que não há dúvida de que, se esse projeto fosse implantado com a estrutura pública, diretamente estatal, não faríamos isso em 5 anos. Precisaríamos fazer um processo licitatório para cada uma das torres. Os processos administrativos é uma das questões colocada como vantajosa, mas fazer isso em 5 anos seria absolutamente impossível com a estrutura estatal. Um operador privado dará, certamente, para nós a garantia do serviço prestado, podendo a EBC se dedicar, exclusivamente, à produção do conteúdo, inclusive, com a perspectiva de produção de conteúdo integrada entre o conjunto das emissoras públicas". **Daniel Aarão Reis Filho** defendeu que o Conselho tem atribuições para discutir a questão do operador digital; que o operador de rede tem uma incidência evidente sobre os conteúdos e que se for entregue a uma empresa internacional será um erro estratégico grave, uma imprudência. A presidente **Ima Célia Guimarães Vieira** encaminhou a proposta de realização de um seminário sobre a relação do projeto do operador de rede com a questão da distribuição de conteúdo e propôs a formação de um grupo de trabalho para organizar o seminário. O conselheiro **Daniel Aarão Reis Filho** levantou a possibilidade de o seminário acontecer em outubro, tendo em vista não haver reunião programada para esse mês. O conselheiro **Franklin de Souza Martins** reiterou acreditar que o tema não é atribuição do Conselho, mas que o órgão pode legitimamente indicar recomendações e sugestões. A presidente **Ima Célia Guimarães Vieira** insistiu na questão de se discutir o tema primeiramente, para que fiquem mais claros os tópicos que devem ser objeto de recomendação e os que devem ser objeto de deliberação. A diretora presidente **Maria Tereza Cruvinel** chamou a atenção para a palavra "deliberação" que consta no art. 17 da lei que criou a EBC, e que acredita que o termo não se aplica ao tema em debate. O conselheiro **Murilo César Ramos** sugere o encaminhamento oficial do documento do conselheiro Takashi Tome à Diretoria de Serviços e que a mesma receba uma delegação do Conselho para acompanhamento do processo, além da realização do seminário já proposto. O conselheiro **Daniel Aarão Reis Filho** acrescentou que o seminário deva acontecer primeiro, para, depois, o Conselho deliberar ou recomendar. A presidente **Ima Célia Guimarães Vieira** concordou e sugeriu a realização do seminário para o final de outubro ou início de novembro. **Carlos Eduardo Bielschowsky** lembrou que em relação ao seminário estão em discussão duas questões: o conteúdo vinculado à TV Brasil e a política de conteúdos digitais do País, que está sendo objeto de um trabalho em conjunto, ligado ao Plano Nacional para Banda Larga e a um contexto mais amplo. O conselheiro **Takashi Tome** mostrou-se frustrado com relação à discussão sobre o operador de rede, mas acredita ser importante a realização do seminário. "No momento em que várias pessoas aqui dizem que a questão do operador de rede não tem nada a ver com o conteúdo, sinto-me frustrado, não culpo os senhores, sinto-me frustrado por mim, pois, novamente, estou sendo incapaz de mostrar algo óbvio, a obviedade de que o projeto de rede, se for implantado do jeito que está apresentado aqui, não propiciará a democratização da informação, não propiciará o acesso universal à informação. Então, sinto-me frustrado." A presidente **Ima Célia Guimarães Vieira** então reapresentou a proposta de realização do seminário, com a formação de um grupo de trabalho específico para propor e organizar o mesmo. A proposta foi aprovada, o seminário foi marcado para o dia 25/10/2010 e os conselheiros Daniel Aarão Reis, Takashi Tome e Murilo César Ramos foram indicados para compor o GT de preparação do seminário. A diretora presidente **Tereza Cruvinel** afirmou ser necessário ver se a EBC teria condições materiais para a realização do seminário, uma vez que não dispõe de verbas específicas para isso. A presidente **Ima Célia Guimarães Vieira** informou que a próxima reunião ordinária do Conselho Curador será no dia 9 de novembro. Para constar, eu, **Diogo Moyses Rodrigues**, secretariei a reunião, lavrei a presente Ata, que, depois de lida e aprovada, será assinada pelos presentes na reunião.

**IMA CÉLIA GUIMARÃES VIEIRA**  
Presidente

**ANA LUIZA FLECK SAIBRO**  
Vice-presidente

**JOÃO LUIZ SILVA FERREIRA**  
Ministro de Estado da Cultura

**FRANKLIN DE SOUZA MARTINS**  
Ministro-Chefe da Secretaria de Comunicação Social da Presidência da República

**CARLOS BIELSCHOWSKY**  
Representante do Ministro de Estado da Educação, Fernando Haddad

**MANOEL ROBERTO SEABRA**  
Conselheiro

**PAULO RAMOS DERENGOVSKI**  
Conselheiro

**HELOISA MURGEL STARLING**  
Conselheira

**LOURIVAL ANTÔNIO MACEDO**  
Conselheiro

**TAKASHI TOME**  
Conselheiro

**MÁRIO AUGUSTO JAKOBISKIND**  
Conselheiro

**PAULO SÉRGIO PINHEIRO**  
Conselheiro



**MURILO CÉSAR RAMOS**  
Conselheiro



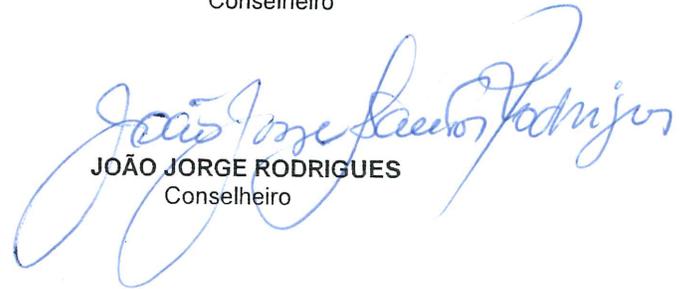
**ANA MARIA DA CONCEIÇÃO VELOSO**  
Conselheira



**DANIEL AARÃO REIS**  
Conselheiro



**MARIA DA PENHA FERNANDES**  
Conselheira



**JOÃO JORGE RODRIGUES**  
Conselheiro



**LAURINDO LEAL FILHO**  
Ouvidor-Geral da EBC

**MARIA TEREZA CRUVINEL**  
Diretora-Presidente da EBC



**DIOGO MOYSES RODRIGUES**  
Secretário